

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA PROCON/RJ Nº 221 DE 11 DE JUNHO DE 2025

AUTORIZA A EVOLUÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO PROCON/RJ REFERENTE AO CICLO DE PROGRESSÃO DO ANO DE 2019

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROCON/RJ, no uso de suas atribuições definidas na Lei Estadual nº 5.738, de 07 de junho de 2010 e do Decreto Estadual nº 43.400 de 06 de janeiro de 2012,

CONSIDERANDO

- a redação dos artigos 29, 36, 37 e 39 da Lei Estadual nº 5.738/10;

ANEXO I

CARGO: ESPECIALISTA - ANALISTA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

ID. FUNCIONAL	NOME	DATA DE EXERCÍCIO	PADRÃO	PERÍODO DE AVALIAÇÃO	NOTA
50228161	SILVIA MACIEL LOPES	09/12/2013	ESPEC A I	06/01/2017 a 24/11/2017	44,00
				Média do grupo=	44,00

Id: 2659417

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 12/06/2025

PROCESSO Nº SEI-220013/001207/2021 - CAMILA ABREU ALVARÉS GATTI, Matrícula nº 3040563-3, Id. Funcional nº 50130463 - Especialista - Analista de Proteção e Defesa do Consumidor, **CONCEDO** a redução da carga horária de trabalho, na forma do artigo 1º da Lei nº 3807, de 04 de abril de 2002, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar de 03/06/2025, em conformidade com o Parecer Conclusivo, emitido pela Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional.

Id: 2659416

Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATO DO PROCURADOR GERAL

\*RESOLUÇÃO PGE Nº 5.217 DE 12 DE JUNHO DE 2025

APROVA AS MINUTAS-PADRÃO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM MÓVEL, DE TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL, DE TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL E DE TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BEM MÓVEL A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº SEI-120001/004115/2024,

CONSIDERANDO caber à Procuradoria Geral do Estado a supervisão dos serviços jurídicos da Administração direta e indireta no âmbito do Poder Executivo (Constituição Estadual, art. 176); - que a elaboração de Minutas-Padrão não exime os órgãos de consultarem a Procuradoria Geral do Estado, se assim o assunto exigir, nos termos do artigo 4º, inciso III, da Lei nº 5.414, de 19 de março de 2009 c/c o artigo 3º, inciso VII, do Decreto nº 40.500, de 01 de janeiro de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Minutas-Padrão de Termo de Transferência de Bem Móvel, de Termo de Doação de Bem Móvel, de Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel e de Termo de Permissão de Uso de Bem Móvel, na forma dos Anexos, que acompanham a presente Resolução, a serem adotadas pela Administração Direta, Autarquias e Fundações.

Art. 2º - Caberá à Coordenadoria do Sistema Jurídico (PG-15) promover a sua divulgação na página da internet da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 3º - Eventuais dúvidas ou esclarecimentos em relação aos dispositivos constantes desta Resolução deverão ser formalmente encaminhados à Coordenadoria do Sistema Jurídico (PG-15), pelo órgão jurídico.

Art. 4º - A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as Resoluções PGE nº 4.247, de 03 de agosto de 2018, e nº 4.570, de 30 de junho de 2020.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2025

RENAN MIGUEL SAAD  
Procurador-Geral do Estado

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BEM MÓVEL

NOTAS EXPLICATIVAS:  
Este instrumento destina-se à formalização do ato de transferência do uso de bem público móvel entre órgãos (despersonalizados) da Administração Pública Estadual.

O objetivo desta minuta-padrão é estabelecer uma referência única para adoção na Administração Pública Estadual.

Assim, as cláusulas propostas devem, em princípio, ser adotadas.

Em caso de necessidade de adequação ao caso concreto, a alteração pretendida deverá ser justificada nos autos e submetida ao órgão de assessoramento jurídico.

Os dispositivos desta minuta-padrão destacados em vermelho devem ser preenchidos ou adotados pelo órgão ou entidade pública contratante, de acordo com as peculiaridades do objeto e critérios de oportunidade e conveniência, cuidando-se para que sejam reproduzidas as mesmas definições nos demais instrumentos da contratação, para que não conflitem.

- o rito especificado no Art. 5º, § 6º da Deliberação CONSAD PROCON/RJ nº 01 de 27 de junho de 2019;

- a Portaria PROCON-RJ nº 109/2019;

- o constante nos autos do Processo Administrativo SEI-240002/000268/2022;

- os resultados da Avaliação Periódica de Desempenho na forma da Deliberação PROCON-RJ nº 03/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a evolução funcional na modalidade progressão dos Servidores elencados no Anexo I desta Portaria para o Padrão III, da Classe A, das respectivas carreiras.

Parágrafo Único - A progressão, de que trata o caput, produzirá efeitos financeiros retroativos, a contar de 01/03/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2025

MARCELO BARBOZA ALVES DE OLIVEIRA  
Presidente - PROCON/RJ

Alguns dispositivos receberam notas explicativas destacadas para orientação do agente ou setor responsável pela elaboração da minuta. Todas as notas deverão ser suprimidas quando da finalização do documento.

Quando utilizada a expressão <OU> na minuta, em vermelho, deverá o agente ou setor responsável pela sua elaboração optar por uma das alternativas, excluindo as demais.

Os Órgãos Assessorados deverão manter as notas de rodapé dos modelos utilizados para a elaboração das minutas e demais anexos, a fim de que os Órgãos Consultivos, ao examinarem os documentos, estejam certos de que os modelos são os corretos. A versão final do texto, após aprovada pelo órgão consultivo, deverá excluir a referida nota.

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BEM(NS) MÓVEL(IS) QUE ENTRE SI CELEBRAM, A SECRETARIA DE ESTADO DE \_\_\_\_\_ E A SECRETARIA DE ESTADO DE \_\_\_\_\_.

Aos dias \_\_\_\_\_ do mês \_\_\_\_\_ de 20\_\_, perante as testemunhas abaixo assinadas, presentes, de um lado, a Secretaria de Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Secretário(a) de Estado de \_\_\_\_\_ (<OU> a autoridade que recebeu a delegação, indicando o cargo da autoridade e o ato de delegação), situada na Rua \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante designado simplesmente TRANSMITENTE, e, de outro, a Secretaria de Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Secretário(a) de Estado de \_\_\_\_\_ (<OU> a autoridade que recebeu a delegação, indicando o cargo da autoridade e o ato de delegação), situada na Rua \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante designado simplesmente TRANSMISSÁRIO, é firmado o presente TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BEM(NS) MÓVEL(IS), com fundamento no processo administrativo SEI-\_\_\_\_\_, que se regerá pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e alterações, e pelo Decreto Estadual nº 49.289, de 17 de setembro de 2024, aplicando-se a este Termo suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a Transferência do(s) Bem(ns) Móvel(is), relacionado(s) no ANEXO I deste instrumento, doravante designado simplesmente OBJETO DA TRANSFERÊNCIA, que vinha sendo administrado pelo TRANSMITENTE, na forma do art. 164 da Lei Estadual nº 287, de 1979, com troca de posse e responsabilidade, em caráter permanente, neste ato.

PARÁGRAFO ÚNICO: O ANEXO I é parte integrante e indissociável deste termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

O OBJETO DA TRANSFERÊNCIA destina-se exclusivamente à maximização da sua utilização no âmbito da administração pública direta do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA AVALIAÇÃO DO BEM POR LAUDO TÉCNICO

Ao OBJETO DA TRANSFERÊNCIA é atribuído o valor de R\$\_\_\_\_\_ (extenso), que corresponde ao seu valor contábil líquido na data de elaboração deste termo (<OU> que corresponde ao seu valor de reavaliação), conforme o Laudo Técnico - Anexo II, que comprova o seu real estado, de acordo com a Lei Estadual nº 287 de 1979.

NOTA EXPLICATIVA:

Sendo vários bens móveis objeto da transferência, deve ser adotada a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DA AVALIAÇÃO DOS BENS POR LAUDO TÉCNICO

Ao OBJETO DA TRANSFERÊNCIA é atribuído o valor total de R\$\_\_\_\_\_ (extenso), que corresponde ao somatório do valor contábil líquido de cada bem na data de elaboração deste termo (<OU> ao somatório dos valores resultantes de reavaliação), estando os valores unitários consignados no Laudo Técnico - Anexo II, que comprova o seu real estado, de acordo com a Lei Estadual nº 287 de 1979.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Anexo II é parte integrante e indissociável deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO ACEITE E DAS DESPESAS

O TRANSMISSÁRIO declara que aceita o OBJETO DA TRANSFERÊNCIA, comprometendo-se a efetuar a incorporação patrimonial dentro das normas vigentes, bem como a arcar com todas as despesas decorrentes da retirada dos bens.

NOTA EXPLICATIVA:

As despesas decorrentes da retirada do OBJETO DA TRANSFERÊNCIA poderão ser de responsabilidade do TRANSMITENTE ou do TRANSMISSÁRIO, conforme acordado entre as partes.

E assim, por estarem justes e acordes, assinam o presente termo, na presença de duas testemunhas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ÓRGÃO)

Secretário(a) de Estado de \_\_\_\_\_ (<OU> a autoridade que recebeu a delegação)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ÓRGÃO)

Secretário(a) de Estado de \_\_\_\_\_ (<OU> a autoridade que recebeu a delegação)

TESTEMUNHAS:

1- Nome:

CPF:

2- Nome:

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL

notaS EXPLICATIVAS:

O procedimento para a doação dos bens deve observar o art. 168 da Lei Estadual nº 287, de 1979, que impõe as seguintes condições: (i) lei específica de iniciativa exclusiva do Governador; (ii) prévia avaliação dos bens e (iii) justificativa da oportunidade e da conveniência socioeconômica da doação relativamente à escolha de outra forma de alienação, bem como (iv) laudo técnico, comprovando o real estado do bem em questão.

Tratando-se de doação de bens móveis a pessoa jurídica de direito público interno, entidades competentes de sua administração indireta ou fundação instituída pelo Poder Público, fica dispensada a lei autorizativa, sendo necessária a autorização do Titular da Unidade Gestora ou do Governador, conforme se trate de hipótese englobada no §1º ou §2º, do art. 73, decreto nº 49.289, de 17 de setembro de 2024.

Recomenda-se, no caso de doação de bens móveis do Estado a pessoa jurídica de direito público interno, a observância do Enunciado nº 24-PGE.

No caso de doação de bens desuso, antieconômicos, obsoletos ou irrecuperáveis, nos termos do art. 166 da Lei Estadual nº 287, de 1979, é dispensada a exigência de lei autorizativa. Neste caso, podem ser doados com ou sem encargos, inclusive à pessoa jurídica de direito privado, desde que (i) reconhecidamente de utilidade pública e (ii) cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social. Nestes casos, caberá autorização do Titular da Unidade Gestora ou do Governador, conforme se trate de hipótese englobada no §1º ou §2º, do art. 73, decreto nº 49.289, de 17 de setembro de 2024.

Ressalta-se que a doação de bens móveis culturais (bens de interesse para a preservação da memória e referencial coletivo, tais como fotografias, livros, mobiliário, utensílios, obras de arte, dentre outros), dependerá da autorização do Governador do Estado do Rio de Janeiro, conforme disposto no §1º do art. 81 do decreto nº 49.289/2024.

Destaca-se, ainda, a regra geral quanto à necessidade de realização de procedimento licitatório previamente à doação de bem móvel, exceto quando se enquadrar no caso de dispensa de licitação, esta permitida no caso de doação exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de oportunidade e conveniência socioeconômica em relação à escolha de outra forma de alienação (art. 76, II, “a” da Lei no 14.133/2021).

O objetivo desta minuta-padrão é estabelecer uma referência única para adoção na Administração Pública Estadual.

Assim, as cláusulas propostas devem, em princípio, ser adotadas.

Em caso de necessidade de adequação ao caso concreto, a alteração pretendida deverá ser justificada nos autos e submetida ao órgão de assessoramento jurídico.

Os dispositivos desta minuta-padrão destacados em vermelho devem ser preenchidos ou adotados pelo órgão ou entidade pública contratante, de acordo com as peculiaridades do objeto e critérios de oportunidade e conveniência, cuidando-se para que sejam reproduzidas as mesmas definições nos demais instrumentos da contratação, para que não conflitem.

Alguns dispositivos receberam notas explicativas destacadas para orientação do agente ou setor responsável pela elaboração da minuta. Todas as notas deverão ser suprimidas quando da finalização do documento.

Quando utilizada a expressão <OU> na minuta, em vermelho, deverá o agente ou setor responsável pela sua elaboração optar por uma das alternativas, excluindo as demais.

Os Órgãos Assessorados deverão manter as notas de rodapé dos modelos utilizados para a elaboração das minutas e demais anexos, a fim de que os Órgãos Consultivos, ao examinarem os documentos, estejam certos de que os modelos são os corretos. A versão final do texto, após aprovada pelo órgão consultivo, deverá excluir a referida nota.

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE \_\_\_\_\_ E \_\_\_\_\_.

Aos dias \_\_\_\_\_ do mês \_\_\_\_\_ de 20\_\_, perante as testemunhas abaixo assinadas, presentes, de um lado, o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da Secretaria de Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Secretário(a) de Estado de \_\_\_\_\_ (<OU> a autoridade que recebeu a delegação, indicando o cargo da autoridade e o ato de delegação ou o titular da Autarquia ou Fundação Estadual), situada na Rua \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante designado simplesmente CEDENTE, e, de outro, \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ e inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato designado simplesmente DONATÁRIO, representada por \_\_\_\_\_ (indicar o cargo do representante do donatário ou a autoridade que recebeu a delegação, indicando o cargo da autoridade e o ato de delegação ou cédula de identidade, CPF e endereço, caso o donatário não seja integrante da administração pública estadual), é firmado o presente TERMO DE DOAÇÃO DE BEM(NS) MÓVEL(IS), com fundamento no processo administrativo SEI-\_\_\_\_\_, que se regerá pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e alterações, especialmente o art. 168, e o Decreto nº 49.289, de 17 de setembro de 2024, aplicando-se a este Termo suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a DOAÇÃO do(s) bem(ns) móvel(is), relacionado(s) no Anexo I deste instrumento, doravante designado simplesmente OBJETO DA DOAÇÃO, pertencente ao DOADOR, em favor do DONATÁRIO, transferindo-lhe, por conseguinte, toda posse e propriedade do(s) bem(ns).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A avaliação quanto à oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha da doação como melhor alternativa em relação a outra forma de alienação, consta no Doc. \_\_\_\_ do processo SEI- \_\_\_\_\_.



**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O Anexo I é parte integrante e indissociável deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA AUTORIZAÇÃO MEDIANTE LEI ESPECÍFICA**

A presente doação foi autorizada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei Estadual nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**NOTA EXPLICATIVA:**

Em se tratando de **doação de bens móveis à pessoa jurídica de direito público interno, entidades competentes de sua administração indireta ou Fundação instituída pelo Poder Público** (art. 168, §1º, Lei no 287/1979) ou de casos em que os bens doados forem considerados em **desuso, antieconômicos, obsoletos ou irrecuperáveis** (art. 168, §2º, Lei no 287/1979), deverá ser adotada a seguinte redação:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA AUTORIZAÇÃO MEDIANTE LEI ESPECÍFICA:**

A presente doação enquadra-se em **dispensa autorização legislativa**, conforme art. 168, da Lei no 287/1979, tendo sido autorizada pelo Titular da Unidade Gestora **<OU>** pelo Governador **<OU>** por autoridade a quem esta competência foi delegada, conforme se trate de hipótese englobada no §1º ou §2º, do art. 73, Decreto nº 49.289, de 17 de setembro de 2024.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FINALIDADE**

A presente doação tem como finalidade(s): \_\_\_\_\_ (descrever detalhadamente as finalidades que vinculam a doação, conforme justificativa constante dos autos do processo administrativo que a originou).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso o OBJETO DA DOAÇÃO não seja utilizado para finalidade prevista no caput desta cláusula, a doação poderá ser revogada unilateralmente, pelo DOADOR, sem que caiba ao DONATÁRIO indenização de qualquer natureza.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Revogada a doação, deverá o DONATÁRIO devolver imediatamente OBJETO DA DOAÇÃO ao DOADOR, arcando com os custos da devolução e sem qualquer ônus financeiro pendente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Revogada a doação, por culpa do DONATÁRIO, este sujeitar-se-á ao pagamento de indenização ao DOADOR no valor correspondente à depreciação do OBJETO DA DOAÇÃO devolvido por ocasião da revogação, ou seu valor integral, no caso da não devolução.

**NOTA EXPLICATVA:**

Tratando-se de doação com encargo, deverá ser **instaurado prévio procedimento licitatório**, podendo ser dispensada a licitação no caso de interesse público devidamente justificado, nos termos do art. 76, § 6º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021. **Neste caso**, deverá ser incluída a seguinte cláusula, **renumerando-se** as seguintes:

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOAÇÃO MEDIANTE ENCARGO**

A presente doação é feita mediante encargo imposto ao DONATÁRIO, que deverá (descrever de forma detalhada o encargo imposto, bem como a forma, o modo e os prazos para seu cumprimento).

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O encargo deverá ser cumprido no prazo de \_\_\_\_ (extenso) dias corridos, contados a partir da publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial.

Ademais, devem ser removidos os parágrafos primeiro ao terceiro da cláusula terceira e acrescentados os seguintes parágrafos à cláusula quarta (renumerando-se o “único” para “primeiro”:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso não sejam cumpridos os encargos na forma, modo e no prazo estabelecidos na cláusula quarta, poderá ser revogada a doação, observado devido processo legal e garantido o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa, voltando o OBJETO DA DOAÇÃO ao patrimônio do DOADOR, sem que ao DONATÁRIO caiba indenização de qualquer natureza.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Revogada a doação, deverá o DONATÁRIO devolver imediatamente o OBJETO DA DOAÇÃO, arcando com os custos da devolução e sem qualquer ônus financeiro pendente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Revogada a doação, por culpa do DONATÁRIO este ficará sujeito ao pagamento de indenização ao DOADOR do valor correspondente à depreciação do OBJETO DA DOAÇÃO devolvido por ocasião da revogação ou seu valor integral, no caso de não devolução.

**CLÁUSULA QUARTA - DA AVALIAÇÃO DO BEM POR LAUDO TÉCNICO**

Ao OBJETO DA DOAÇÃO é atribuído o valor de R\$\_\_\_\_\_(extenso), que corresponde ao seu valor contábil líquido na data de elaboração deste termo (<OU> que corresponde ao seu valor de reavaliação), conforme o Laudo Técnico - Anexo II, que comprova o seu real estado, de acordo com a Lei Estadual nº 287 de 1979.

**NOTA EXPLICATIVA:**

Sendo vários bens móveis objeto da doação, deve ser adotada a seguinte redação:

**CLÁUSULA QUARTA - DA AVALIAÇÃO DOS BENS POR LAUDO TÉCNICO**

Ao OBJETO DA DOAÇÃO é atribuído o valor total de R\$\_\_\_\_\_(extenso), que corresponde ao somatório do valor contábil líquido de cada bem na data de elaboração deste termo (<OU> ao somatório dos valores resultantes de reavaliação), estando os valores unitários consignados no Laudo Técnico - Anexo II, que comprova o seu real estado, de acordo com a Lei Estadual nº 287 de 1979.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O Anexo II é parte integrante e indissociável deste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO DOADOR**

Obriga-se o DOADOR a:

a) transferir a posse, domínio, ação e direito do OBJETO DA DOAÇÃO, que até esta data exercia, ficando o DONATÁRIO, desde já, emitido na sua posse;

b) dar baixa no patrimônio do OBJETO DA DOAÇÃO.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O DOADOR não se responsabilizará por qualquer vício redibitório, pela evicção do OBJETO DA DOAÇÃO ou qualquer outra forma de responsabilização contratual ou extracontratual.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO DONATÁRIO**

Obriga-se o DONATÁRIO a:

a) receber o OBJETO DA DOAÇÃO, declarando que aceita a doação;

b) adotar as medidas necessárias à regularização da documentação do OBJETO DA DOAÇÃO, comprometendo-se a efetuar a incorporação ao seu patrimônio, conforme as normas vigentes e suportar quaisquer ônus financeiro decorrentes da doação;

c) responsabilizar-se pela guarda, manutenção, reparo, substituição de peças, bem como zelar pelo bom funcionamento, mantendo o OBJETO DA DOAÇÃO em bom estado de uso e conservação;

d) responsabilizar-se, integralmente, por quaisquer ônus e obrigações que recaiam sobre o OBJETO DA DOAÇÃO ou decorram de sua utilização, os quais não poderão ser imputados ao DOADOR, ainda que subsidiariamente.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Em nenhuma hipótese, o DONATÁRIO terá direito a ressarcimento, por parte do DOADOR, das despesas com manutenção ou quaisquer outras relacionadas ao uso e/ou propriedade do OBJETO DA DOAÇÃO.

**NOTA EXPLICATIVA:** Em se tratando de doação com encargo deverá ser incluída a seguinte cláusula, renumerando-se as demais:

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA TRANSFERÊNCIA DO BEM PELO DONATÁRIO**

O DONATÁRIO fica impedido de transferir, vender, emprestar, ceder, trocar, leiloar ou de qualquer forma alienar, sob qualquer pretexto e a qualquer título, sem prévia, expressa e escrita autorização do DOADOR, o OBJETO DA DOAÇÃO.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA INCORPORAÇÃO**

O OBJETO DA DOAÇÃO será incorporado ao patrimônio do DONATÁRIO.

**CLÁUSULA OITAVA - DO ACEITE E DAS DESPESAS**

O DONATÁRIO declara que aceita o OBJETO DA DOAÇÃO, comprometendo-se a efetuar a incorporação patrimonial dentro das normas vigentes, bem como a arcar com todas as despesas decorrentes da sua retirada.

**NOTA EXPLICATIVA:**

As despesas decorrentes da retirada do OBJETO DA DOAÇÃO poderão ser de responsabilidade do DOADOR ou do DONATÁRIO, conforme acordado entre as partes. Caso seja do DOADOR, deve ser apresentada justificativa pela Autoridade Administrativa, registrada nos autos do processo.

**CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO TERMO DE DOAÇÃO**

Incumbirá ao **DOADOR** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo site oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do Estado, em atenção ao art. 2º, § 2º, da Lei nº 5.27/2009.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O DOADOR deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio advindo do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES JURÍDICO-PESSOAIS**

O DONATÁRIO apresenta neste ato toda a documentação legal comprovando o atendimento das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura deste termo.

E assim, por estarem justes e acordes, assinam o presente termo, obrigando-se por si ou por seus sucessores, na presença de duas testemunhas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

**Cargo do(a) Titular da UG doadora (ou a autoridade que recebeu a delegação) (DOADOR)**

Secretário(a) de Estado de \_\_\_\_\_  
(ou a autoridade que recebeu a delegação)

**ÓRGÃO/ENTIDADE/PJ NÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO (DONATÁRIO)**

Nome:

CPF:

**TESTEMUNHAS**

1- Nome:

CPF:

2- Nome:

CPF:

**TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL**

**NOTAS EXPLICATIVAS:**

Este instrumento destina-se à formalização do ato de transferência de posse e troca de responsabilidade, gratuita ou onerosa, de caráter temporário, de bem público móvel entre órgãos da administração direta ou entidades da administração indireta do Poder Executivo Estadual, ou entre estes e órgãos de quaisquer dos Poderes, do Ministério Público, do Tribunal de Contas ou de outra esfera da Federação.

O objetivo desta minuta-padrão é estabelecer uma referência única para adoção na Administração Pública Estadual.

Assim, as cláusulas propostas devem, em princípio, ser adotadas.

Em caso de necessidade de adequação ao caso concreto, a alteração pretendida deverá ser justificada nos autos e submetida ao órgão de assessoramento jurídico.

Os dispositivos desta minuta-padrão destacados em vermelho devem ser preenchidos ou adotados pelo órgão ou entidade pública contratante, de acordo com as peculiaridades do objeto e critérios de oportunidade e conveniência, cuidando-se para que sejam reproduzidas as mesmas definições nos demais instrumentos da contratação, para que não conflitem.

Alguns dispositivos receberam notas explicativas destacadas para orientação do agente ou setor responsável pela elaboração da minuta. Todas as notas deverão ser suprimidas quando da finalização do documento.

Quando utilizada a expressão <OU> na minuta, em vermelho, deverá o agente ou setor responsável pela sua elaboração optar por uma das alternativas, excluindo as demais.

Os Órgãos Assessorados deverão manter as notas de rodapé dos modelos utilizados para a elaboração das minutas e demais anexos, a fim de que os Órgãos Consultivos, ao examinarem os documentos, estejam certos de que os modelos são os corretos. A versão final do texto, após aprovada pelo órgão consultivo, deverá excluir a referida nota.

**TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM(NS) MÓVEL(IS) QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE \_\_\_\_\_ E \_\_\_\_\_.**

Aos dias \_\_\_\_ do mês \_\_\_\_\_ de 20\_\_, perante as testemunhas abaixo assinadas, presentes, de um lado, o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da Secretaria de Estado de \_\_\_\_\_, neste ato designada simplesmente CEDENTE, representada pelo(a) Sr(a). Secretário(a) de Estado de \_\_\_\_\_ (<OU> a autoridade que recebeu a delegação, indicando o cargo da autoridade e o ato de delegação ou o titular da Autarquia ou Fundação Estadual), situada na Rua \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante designado simplesmente CEDENTE, e, de outro, \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ e inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato designado simplesmente CESSIONÁRIO, representada pelo(a) Sr(a). (inserir cargo da autoridade) de (inserir nome da Autarquia ou Fundação Estadual, quaisquer dos Poderes, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da esfera da Federação) \_\_\_\_\_ (<OU> a autoridade que recebeu a delegação, indicando o cargo da autoridade e o ato de delegação) é firmado o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM(NS) MÓVEL(IS), com fundamento no processo administrativo SEI-\_\_\_\_\_, que se regerá pela Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e alterações, em especial o art. 167, alínea b, primeira parte, e Decreto Estadual nº 49.289, de 17 de setembro de 2024, aplicando-se a este Termo suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente termo tem por objeto a CESSÃO DE USO de bem(ns) móvel(is), relacionado(s) no ANEXO I deste instrumento, doravante designado simplesmente OBJETO DA CESSÃO DE USO, pertencente ao CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, transferindo-lhe, por consequente, em caráter temporário, a sua posse e a responsabilidade.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O ANEXO I é parte integrante e indissociável deste termo.

**NOTA EXPLICATIVA:**

Devem constar do ANEXO I todos os elementos identificadores do bem móvel, tais como descrição detalhada, valor contábil líquido, vida útil e data da entrega.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE**

A presente CESSÃO DE USO tem como finalidade(s): \_\_\_\_\_.

**NOTA EXPLICATIVA:**

Descrever detalhadamente as finalidades que vinculam a cessão de uso, conforme justificativa constante dos autos do processo administrativo que a originou, nos termos do art. 89, I, do Decreto no 48.929/2024.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Ao OBJETO DA CESSÃO DE USO não poderá ser dada destinação diversa daquela mencionada no caput desta cláusula, salvo mediante prévia autorização do CEDENTE, a ser formalizada por termo aditivo, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento.

**NOTA EXPLICATIVA:**

No caso de cessão de uso de veículos, deverá ser inserido parágrafo segundo que disponha sobre a obrigação dos motoristas em portar os documentos passíveis de serem exigidos pelas autoridades de trânsito, conforme dispõe o art. 25 do Decreto n º 47.298, de 29 de setembro de 2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA AVALIAÇÃO DO BEM POR LAUDO TÉCNICO**

Ao OBJETO DA CESSÃO DE USO é atribuído o valor de R\$\_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_), que corresponde ao seu valor contábil líquido na data de elaboração deste termo (ou que corresponde ao seu valor de reavaliação), conforme o Laudo Técnico - Anexo II, que comprova o seu real estado e sua vida útil, de acordo com a Lei Estadual nº 287 de 1979.

**NOTA EXPLICATIVA:**

Sendo vários bens móveis objeto da cessão de uso, deve ser adotada a seguinte redação:

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA AVALIAÇÃO DOS BENS POR LAUDO TÉCNICO**

Ao OBJETO DA CESSÃO DE USO é atribuído o valor de R\$\_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_), que corresponde ao somatório do valor contábil líquido de cada bem na data de elaboração deste termo (<OU> ao somatório dos valores resultantes de reavaliação), estando os valores unitários consignados no Laudo Técnico - Anexo II, que comprova o seu real estado e sua vida útil, de acordo com a Lei Estadual nº 287 de 1979 e o decreto nº 49.289/2024.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O Anexo II é parte integrante e indissociável deste instrumento.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO**

O presente termo de cessão de uso vigorará pelo prazo de \_\_\_\_ (\_\_) dias/meses/anos, contados a partir de dd/mm/aaaa, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial, valendo esta última como termo inicial de vigência, caso seja posterior à data convencionada nesta cláusula.

**NOTA EXPLICATIVA:**

Conforme disposto no art. 88 do decreto nº 49.289/2024, o prazo máximo para a cessão de uso de bens móveis está limitado ao tempo de vida útil do bem, exceto no caso de obras de arte, nos termos do parágrafo único do dispositivo.

Para fins de controle, devem ser observados os prazos previstos no art. 110 da Lei no 14.133/2021 como parâmetro para o administrador balizar o prazo para o presente instrumento, a depender da existência, ou não, de investimentos por parte do CESSIONÁRIO no caso concreto.

Em regra, então, deve-se adotar o prazo de até 10 (dez) anos, conforme o previsto no inc. I do art. 110 da Lei 14.133/2021.

Se houver benfeitorias, mediante a apresentação de adequada justificativa, a cessão poderá ter prazo de até 35 (trinta e cinco) anos, conforme previsto no inc. II do art. 110 da Lei 14.133/2021. Contudo, **não se entende como benfeitoria ou investimento** despesas unicamente relacionadas à manutenção do bem cedido, justamente por essa já se tratar de uma obrigação originária do cessionário, conforme cláusula sexta abaixo.

A escolha do prazo deve, em todo caso, ser adequada ao interesse público subjacente à cessão, bem como restar **devidamente motivada no processo administrativo**.

**CLÁUSULA QUINTA - DA REMUNERAÇÃO**

Como contraprestação pela cessão de uso, o CESSIONÁRIO se obriga a pagar ao CEDENTE, mensalmente, a importância de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), que deverá ser recolhida à instituição financeira contratada pelo Estado, até último dia útil do mês a que se refere o pagamento, mediante apresentação de guia ou boleto bancário expedido pelo Estado para esta finalidade.



**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O pagamento deverá ser comprovado pelo CESSIONÁRIO, junto ao \_\_\_\_\_, no prazo máximo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias da sua realização.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O não pagamento do valor estipulado no dia aprazado sujeitará o CESSIONÁRIO à multa administrativa de \_\_\_\_% (\_\_\_\_ por cento) por mês que exceder o prazo estipulado, limitado a 30% (vinte por cento) do valor total desta cessão de uso.

Sem prejuízo da multa administrativa, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CESSIONÁRIO, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do termo pelo CEDENTE.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data inicial da vigência deste Termo, o valor da contraprestação pela cessão de uso do bem móvel será reajustado pelo \_\_\_\_ (indicar o índice).

**NOTA EXPLICATIVA:**

O índice a ser escolhido deverá ser o que melhor se adequar no momento da assinatura do termo, respeitado um dos oficiais, na forma do Parecer nº 01/2004/CCMP/PG-15.

Caso a cessão do bem se dê a título gratuito, deve ser observado o disposto no art. 167, "b", da Lei nº 287/1979, que somente o permite, mediante decisão do Governador, à pessoa jurídica de direito público ou privado cujo fim principal consista em atividades de assistência social, benemerência, de amparo à educação ou outras de relevante interesse social. Se a cessão for outorgada a título gratuito, a cláusula quinta deverá ser substituída pela seguinte:

**CLÁUSULA QUINTA - DA OUTORGA GRATUITA**

A cessão de uso ora firmada é gratuita, podendo o CESSIONÁRIO utilizar o OBJETO DA CESSÃO DE USO sem que lhe recaia ônus de qualquer natureza.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E DA CONSERVAÇÃO DO BEM MÓVEL**

As despesas decorrentes da retirada do OBJETO DA CESSÃO DE USO, bem como todas aquelas inerentes a sua manutenção e conservação, correrão por conta do CESSIONÁRIO, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições, a sua guarda até a efetiva devolução.

**NOTA EXPLICATIVA:**

As despesas decorrentes da retirada do OBJETO DA CESSÃO DE USO poderão ser de responsabilidade do CEDENTE ou do CESSIONÁRIO, conforme acordado entre as partes. Caso seja do CEDENTE, deve ser apresentada justificativa pela Autoridade Administrativa, registrada nos autos do processo.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO**

Obriga-se o CESSIONÁRIO a assegurar o acesso ao bem móvel objeto da cessão ao CEDENTE para verificação do cumprimento das disposições do presente Termo.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A execução do presente Termo será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do CEDENTE especialmente designado(s) pelo \_\_\_\_\_ (autoridade competente), conforme ato de nomeação.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS**

O CEDENTE não será responsável por quaisquer obrigações ou compromissos assumidos pelo CESSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso do OBJETO DA CESSÃO DE USO. Da mesma forma, o CEDENTE não será responsável, seja a que título for, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do CESSIONÁRIO ou de seus empregados, visitantes, subordinados, prepostos ou contratantes.

**CLÁUSULA NONA - DA FORÇA MAIOR**

Em caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impedir, total ou parcialmente, o uso do OBJETO DA CESSÃO DE USO para as finalidades a que se destina, poderá o CEDENTE, mediante decisão do Governador, a seu exclusivo critério: a) considerar terminada a cessão de uso, sem que o CESSIONÁRIO tenha direito a qualquer indenização, seja a que título for, ou b) suspender o prazo da vigência deste Termo, não considerando como efetiva utilização do OBJETO DA CESSÃO DE USO o período equivalente ao impedimento provisório do uso deste, devendo, em tal caso, ser lavrado aditamento ao presente termo.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DEVOLUÇÃO E OUTROS ENCARGOS**

As despesas decorrentes da devolução do OBJETO DA CESSÃO DE USO ocorrerão por conta do CESSIONÁRIO, o qual ficará obrigado a pagar toda e qualquer despesa, tributo, tarifa, custas ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente deste Termo ou da utilização do bem cedido.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Finda, a qualquer tempo, a cessão de uso, deverá o CESSIONÁRIO restituir o OBJETO DA CESSÃO DE USO em perfeitas condições de uso e conservação, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Caso seja verificado qualquer dano ao OBJETO DA CESSÃO DE USO que não decorra de deteriorações do uso normal, poderá o CEDENTE exigir a reposição das partes danificadas ou o pagamento do valor correspondente ao prejuízo em dinheiro, como entender que melhor atende ao interesse público.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A devolução será formalizada por meio do Termo de Entrega do OBJETO DA CESSÃO DE USO.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO DE PLENO DIREITO**

Os casos de rescisão contratual por interesse do CESSIONÁRIO deverão ser formalmente notificados, com antecedência de 30 (trinta) dias e devidamente motivados nos autos do processo administrativo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O descumprimento, pelo CESSIONÁRIO, de qualquer de suas obrigações dará ao CEDENTE o direito de considerar rescindida de pleno direito a presente cessão, mediante aviso com antecedência de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Será considerado descumprimento das condições avençadas, para fins de rescisão, o mau uso do OBJETO DA CESSÃO DE USO, a alteração de sua destinação, assim como a não comprovação da remuneração ou cumprimento do encargo, cabendo, neste caso, a sua devolução ao CEDENTE.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos de processo administrativo, assegurada ao CESSIONÁRIO o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O CESSIONÁRIO deverá enviar ao CEDENTE a prestação de contas anual com o inventário do OBJETO DA CESSÃO DE USO, devendo informar toda e qualquer alteração, inclusive o seu estado de conservação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A prestação de contas referida nesta cláusula deverá ser entregue no prazo de 60 dias corridos do encerramento do exercício.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A prestação de contas final deverá ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do prazo final do Termo de Cessão de Uso.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O não envio de prestação de contas imotivado, no prazo estipulado, bem como a falta de remessa do dito documento ao CEDENTE, poderá acarretar a rescisão unilateral do Termo pelo CEDENTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após assinatura do termo, deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 dias corridos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do CEDENTE, que deverá dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado, na forma e no prazo determinado por este.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Incumbirá ao CEDENTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do Estado, em atenção ao art. 2º, § 2º, da Lei nº 5.27/2009.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O CEDENTE deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio advindo do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

E assim, por estarem justes e acordes, assinam o presente termo, na presença de duas testemunhas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

**CEDENTE**

Secretário(a) de Estado de \_\_\_\_\_ (<OU> a autoridade que recebeu a delegação ou Titular da Autarquia ou Fundação Estadual)

Nome:

CPF:

**CESSIONÁRIO**

(cargo da autoridade) de (nome da Autarquia ou Fundação Estadual, quaisquer dos Poderes, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da esfera da Federação)

Nome:

CPF:

**TESTEMUNHAS:**

1- Nome:

CPF:

2- Nome:

CPF:

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM MÓVEL**

**NOTAS EXPLICATIVAS:**

Este instrumento destina-se à formalização da permissão de uso pela qual a administração pública faculta a utilização privada de bem público móvel, para fins de interesse público, à pessoa física ou jurídica de direito privado cujo fim principal consista em atividades de assistência social, de amparo à educação ou outras de relevante interesse social, mediante autorização do Governador e observados os procedimentos licitatórios, quando cabíveis, nos termos dos artigos 91 e 93, do Decreto Estadual nº 49.289, de 17 de setembro de 2024 e do Enunciado nº 13 da PGE.

O objetivo desta minuta-padrão é estabelecer uma referência única para adoção na Administração Pública Estadual.

Assim, as cláusulas propostas devem, em princípio, ser adotadas.

Em caso de necessidade de adequação ao caso concreto, a alteração pretendida deverá ser justificada nos autos e submetida ao órgão de assessoramento jurídico.

Os dispositivos desta minuta-padrão destacados em vermelho devem ser preenchidos ou adotados pelo órgão ou entidade pública contratante, de acordo com as peculiaridades do objeto e critérios de oportunidade e conveniência, cuidando-se para que sejam reproduzidas as mesmas definições nos demais instrumentos da contratação, para que não conflitem.

Alguns dispositivos receberam notas explicativas destacadas para orientação do agente ou setor responsável pela elaboração da minuta. Todas as notas deverão ser suprimidas quando da finalização do documento.

Quando utilizada a expressão <OU> na minuta, em vermelho, deverá o agente ou setor responsável pela sua elaboração optar por uma das alternativas, excluindo as demais.

Os Órgãos Assessorados deverão manter as notas de rodapé dos modelos utilizados para a elaboração das minutas e demais anexos, a fim de que os Órgãos Consultivos, ao examinarem os documentos, estejam certos de que os modelos são os corretos. A versão final do texto, após aprovada pelo órgão consultivo, deverá excluir a referida nota.

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE \_\_\_\_\_ E \_\_\_\_\_.**

Aos dias \_\_\_\_ do mês \_\_\_\_ de 20\_\_, perante as testemunhas abaixo assinadas, presentes, de um lado, o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da Secretaria de Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Secretário(a) de Estado de \_\_\_\_\_ (<OU> o titular da Autarquia ou Fundação Estadual), situada na Rua \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante designado simplesmente ESTADO, e, de outro, \_\_\_\_\_, com sede/domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ e inscrito no CNPJ/CPF sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato designado simplesmente PERMISSONÁRIO, representada por \_\_\_\_\_ (indicar cédula de identidade, CPF e endereço, caso o permissonário se trate de pessoa jurídica) é firmado o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM(NS) MÓVEL(IS), com fundamento no processo administrativo SEI-\_\_\_\_\_, que se regerá pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e alterações, em especial art. 167, alínea b, e pelo Decreto Estadual nº 49.289, de 17 de setembro de 2024, aplicando-se a este Termo suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente termo tem por objeto a PERMISSÃO DE USO do(s) bem(ns) móvel(is), relacionado(s) no ANEXO I deste instrumento, doravante designado simplesmente OBJETO DA PERMISSÃO DE USO, pertencente ao ESTADO, em favor do PERMISSONÁRIO, transferindo-lhe, por conseguinte, a posse e a responsabilidade sobre os bens, em caráter temporário e precário.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A presente permissão de uso é concedida em caráter eminentemente precário, podendo, por isso, ser revogada a qualquer tempo, sem que seja devida ao PERMISSONÁRIO indenização de qualquer espécie ou natureza.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O ANEXO I é parte integrante e indissociável deste termo.

**NOTA EXPLICATIVA:**

Devem constar do ANEXO I, em parecer técnico motivando a decisão, todos os elementos identificadores do bem móvel, tais como descrição detalhada, valor contábil líquido, vida útil e data da entrega.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE**

A presente PERMISSÃO DE USO tem como finalidade(s): \_\_\_\_\_.

**NOTA EXPLICATIVA:**

Descrever detalhadamente as finalidades que vinculam a permissão de uso, conforme justificativa constante dos autos do processo administrativo que a originou.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Ao OBJETO DA PERMISSÃO DE USO não poderá ser dada destinação diversa daquela mencionada no caput desta cláusula, salvo mediante prévia autorização do ESTADO, a ser formalizada por termo aditivo, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento.

**NOTA EXPLICATIVA:**

No caso de permissão de uso de veículos, deverá ser inserido parágrafo segundo que disponha sobre a obrigação dos motoristas em portar os documentos passíveis de serem exigidos pelas autoridades de trânsito, conforme dispõe o art. 25 do Decreto n º 47.298, de 29 de setembro de 2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA AVALIAÇÃO DO BEM POR LAUDO TÉCNICO**

Ao OBJETO DA PERMISSÃO DE USO é atribuído o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), que corresponde ao seu valor contábil líquido na data de elaboração deste termo (ou que corresponde ao seu valor de reavaliação), conforme o Laudo Técnico - Anexo II, que comprova o seu real estado, de acordo com a Lei Estadual nº 287 de 1979.

**NOTA EXPLICATIVA:**

Sendo vários bens móveis objeto da permissão de uso, deve ser adotada a seguinte redação:

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA AVALIAÇÃO DOS BENS POR LAUDO TÉCNICO**

Ao OBJETO DA PERMISSÃO DE USO é atribuído o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), que corresponde ao somatório do valor contábil líquido de cada bem na data de elaboração deste termo (<OU> ao somatório dos valores resultantes de reavaliação), estando os valores unitários consignados no Laudo Técnico - Anexo II, que comprova o seu real estado, de acordo com a Lei Estadual nº 287 de 1979.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O Anexo II é parte integrante e indissociável deste instrumento.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO**

O presente Termo de Permissão de Uso é concedido ao PERMISSONÁRIO em caráter eminentemente precário, ficando ajustado, entretanto que, sem prejuízo desta precariedade, expressamente reconhecida pelo PERMISSONÁRIO, não poderá o prazo da PERMISSÃO DE USO exceder a \_\_\_\_ (dias/meses/anos), contados a partir de (dd/mm/aaaa), desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial, valendo esta última como termo inicial de vigência, caso seja posterior à data convencionada nesta cláusula.

**NOTA EXPLICATIVA**

Tendo em vista a ausência de norma legal prevendo a limitação de prazo para permissão de uso de bem móvel do Estado do Rio de Janeiro, devem ser observados os prazos previstos no art. 110 da Lei no 14.133/2021 como parâmetro para o administrador balizar o prazo para o presente instrumento, a depender da existência, ou não, de investimentos por parte do PERMISSONÁRIO no caso concreto.

Em regra, então, deve-se adotar o prazo de até 10 (dez) anos, conforme o previsto no inc. I do art. 110 da Lei 14.133/2021.

Se houver benfeitorias, a permissão poderá ter prazo de até 35 (trinta e cinco) anos, conforme previsto no inc. II do art. 110 da Lei 14.133/2021. Contudo, **não se entende como benfeitoria ou investimento** despesas unicamente relacionadas à manutenção do bem requerido, justamente por essa já se tratar de uma obrigação originária do permissonário, conforme cláusula sexta abaixo.

A escolha do prazo deve, em todo caso, ser adequada ao interesse manifestado pelo PERMISSONÁRIO em seu requerimento, bem como restar devidamente validado pela Administração no processo administrativo.

**CLÁUSULA QUINTA - DA REMUNERAÇÃO**

Como contraprestação pela permissão de uso, o PERMISSONÁRIO se obriga a pagar ao Estado, mensalmente, a importância de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), que deverá ser recolhida à instituição financeira contratada pelo Estado, até último dia útil do mês a que se refere o pagamento, mediante apresentação de guia ou boleto bancário expedido pelo Estado para esta finalidade.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O pagamento deverá ser comprovado pelo PERMISSONÁRIO, junto ao \_\_\_\_\_, no prazo máximo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias da sua realização.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O não pagamento do valor estipulado no dia aprazado sujeitará o PERMISSONÁRIO à multa administrativa de \_\_\_\_% (\_\_\_\_ por cento) por mês que exceder o prazo estipulado, limitado a 20% (vinte por cento) do valor total desta cessão de uso.

Sem prejuízo da multa administrativa, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o PERMISSONÁRIO, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do termo pelo PERMITENTE.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data inicial da vigência deste Termo, o valor da contraprestação pela permissão de uso do bem móvel será reajustado pelo \_\_\_\_ (indicar o índice).



**NOTA EXPLICATIVA:**  
O índice a ser escolhido deverá ser o que melhor se adequar no momento da assinatura do termo, respeitado um dos oficiais, na forma do Parecer nº 01/2004/CCM/PG-15.

Caso a permissão de uso do bem se dê a título gratuito, deve ser observado o disposto no art. 167 da Lei nº 287/1979, que somente o autoriza (a) aos servidores a isso autorizados por força das próprias funções, enquanto os exercerem e de acordo com as disposições de leis ou regulamentos, ou (b) mediante decisão do Governador, à pessoa jurídica de direito público ou privado cujo fim principal consista em atividades de assistência social, benemerência, de amparo à educação ou outras de relevante interesse social.

Se a permissão de uso for outorgada a título gratuito, a cláusula quinta deverá ser substituída pela seguinte:

**CLÁUSULA QUINTA - DA OUTORGA GRATUITA**  
A permissão de uso ora firmada é gratuita, podendo o PERMISSIO-NÁRIO utilizar o OBJETO DA PERMISSÃO DE USO sem que lhe recaia ônus de qualquer natureza.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E DA CONSERVAÇÃO DO BEM MÓVEL**  
As despesas decorrentes da retirada do OBJETO DA PERMISSÃO DE USO, bem como todas aquelas inerentes a sua manutenção e conservação correrão por conta do PERMISSIONÁRIO, enquanto vi-ger o prazo da permissão de uso.

**NOTA EXPLICATIVA:**  
As despesas decorrentes da retirada do OBJETO DA PERMISSÃO DE USO poderão ser de responsabilidade do ESTADO ou do PER-MISSIONÁRIO, conforme acordado entre as partes. Caso seja do ES-TADO, deve ser apresentada justificativa pela Autoridade Administra-tiva, registrada nos autos do processo.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO**  
Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a assegurar o acesso ao bem móvel objeto da permissão ao ESTADO para a verificação do cumprimento das disposições do presente Termo.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A execução do presente Termo será acompa-nhada e fiscalizada por representante(s) do ESTADO especialmente designado(s) pelo \_\_\_\_\_ (autoridade competente), conforme ato de nomeação.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS**  
O ESTADO não será responsável por quaisquer obrigações ou com-promissos assumidos pelo PERMISSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso do OBJETO DA PERMISSÃO DE USO. Da mesma forma, o ESTADO não será responsável, seja a que título for, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, visitantes, subordinados, prepostos ou contratantes.

**CLÁUSULA NONA - DA FORÇA MAIOR**  
Em caso da ocorrência de motivo de força maior que venha a im-pedir, total ou parcialmente, o uso do OBJETO DA PERMISSÃO DE USO para as finalidades a que se destina, poderá o ESTADO, me-diante decisão do Governador, a seu exclusivo critério:  
a) considerar terminada a permissão de uso, sem que o PERMISSIO-NÁRIO tenha direito a qualquer indenização, seja a que título for, ou  
b) suspender o prazo da vigência deste Termo, não considerando co-mo efetiva utilização do OBJETO DA PERMISSÃO DE USO o período

equivalente à recuperação, restauração ou impedimento provisório do uso deste, devendo, em tal caso, ser lavrado aditamento ao presente termo.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DEVOLUÇÃO E OUTROS ENCARGOS**  
As despesas decorrentes da devolução do OBJETO DA PERMISSÃO DE USO ocorrerão por conta do PERMISSIO-NÁRIO, o qual fica obri-gado a pagar toda e qualquer despesa, tributo, tarifa, custas ou con-tribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente deste Termo ou da utilização do bem outorgado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Finda, a qualquer tempo, a permissão de uso, deverá o PERMISSIO-NÁRIO restituir o OBJETO DA PERMIS-SÃO DE USO em perfeitas condições de uso e conservação, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Caso seja verificado qualquer dano ao OB-JETO DA PERMISSÃO DE USO que não decorra de deteriorações do uso normal, poderá o ESTADO exigir a reposição das partes dani-ficadas ou o pagamento do valor correspondente ao prejuízo em di-nheiro, como entender que melhor atende ao interesse público.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A devolução será formalizada por meio do Termo de Entrega do OBJETO DA PERMISSÃO DE USO.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO DE PLENO DIREI-TO**  
Os casos de rescisão contratual, por interesse do PERMISSIO-NÁRIO, deverão ser formalmente notificados, com antecedência de 30 (trinta) dias e devidamente motivados nos autos do processo administrativo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O descumprimento, pelo PERMISSIO-NÁ-RIO, de qualquer de suas obrigações dará ao ESTADO o direito de considerar rescindida de pleno direito a presente permissão, mediante aviso com antecedência de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Será considerado descumprimento das condições avençadas, para fins de rescisão, o mau uso do OBJETO DA PERMISSÃO DE USO, a alteração de sua destinação, assim co-mo a não comprovação da remuneração ou cumprimento do encargo, cabendo, neste caso, a sua devolução ao ESTADO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os casos de rescisão contratual serão for-malmente motivados nos autos de processo administrativo, assegura-do ao PERMISSIO-NÁRIO o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**  
O PERMISSIO-NÁRIO deverá enviar ao ESTADO a prestação de con-tas anual com o inventário do OBJETO DA PERMISSÃO DE USO, devendo informar toda e qualquer alteração, inclusive o seu estado de conservação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A prestação de contas referida nesta cláusula deverá ser entregue no prazo de 60 (sessenta) dias corridos con-tados do encerramento do exercício.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A prestação de contas final deverá ser en-tregue no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do prazo final do Termo de Permissão de Uso.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O não envio de prestação de contas imo-tivado, no prazo estipulado, bem como a falta de remessa do dito do-cumento ao ESTADO, poderá acarretar a rescisão unilateral do Termo pelo ESTADO.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**  
Após assinatura do termo, deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 dias corridos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Ja-neiro, correndo os encargos por conta do PERMITENTE, que deverá dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado, na forma e no prazo determinado por este.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Incumbirá ao PERMITENTE divulgar o pre-sente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do Estado, em atenção ao art. 2º, § 2º, da Lei nº 5.27/2009.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A divulgação do Contrato e de seus adi-tamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, con-dição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos es-tipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O PERMITENTE deverá adotar as provi-dências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**  
Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio advindo do presente instrumento, renun-ciando as partes a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

E assim, por estarem justes e acordes, assinam o presente termo, na presença de duas testemunhas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
Secretário(a) de Estado de \_\_\_\_\_ (<OU> a autoridade que re-cebeu a delegação, indicando o cargo da autoridade e o ato de de-legação ou o Titular da Autarquia ou Fundação Estadual)

**PERMISSIO-NÁRIO**  
Nome:  
CPF:

**TESTEMUNHAS:**  
1- Nome:  
CPF:  
2- Nome:  
CPF:

\*Republicado por incorreções no original publicado no D.O. de 17.06.2025

Id: 2659113

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATO DO PROCURADOR-GERAL  
DE 02.07.2025

**NOMEIA DANILO FERREIRA TAVEIRA DE CARVALHO OLIVEIRA**, para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Assessoria Jurídica de Fazenda, da Subsecretaria de Assuntos Juri-dicos, da Secretaria de Estado de Fazenda, em vaga anteriormente ocupada por Lucas Barros Cunha. Processo nº SEI-040003/000040/2025.

Id: 2659362

# ROQUETTE-PINTO

# INOVANDO HÁ

# 90 ANOS.



A Rádio Roquette-Pinto está em festa!

Pelas ondas do rádio há 9 décadas, levando até você informação e entretenimento, embalados por músicas de qualidade todos os dias.

Sintonize a nossa frequência e pegue essa onda com a gente!

## OUÇA EM 94,1 FM



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO